

ATÍPICO E INCLUSIVO: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA À AGRICULTURA FAMILIAR

Ana Paula Debastiani Vasco; Hieda Maria Pagliosa Corona

Formada em Administração e aluna da Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR – Campus Pato Branco; Socióloga, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Professora da UTFPR – Campus Pato Branco.

Resumo - O presente artigo traz evidências teóricas e contextuais que permitem apontar a economia solidária como uma proposta contra-hegemônica para a agricultura familiar. O caráter reformista contido na sociedade civil é capaz de representar uma possibilidade de diminuir as desigualdades, “humanizar a globalização” e interferir na transformação da hegemonia. A economia solidária é uma dessas formas alternativas para a parcela da população marginalizada, organizada por agricultores familiares, as quais visam a “remoção” de algumas privações como uma possibilidade de expansão de liberdades.

Palavras-Chave: Lógica empresarial, agricultura familiar, economia solidária.

Abstract- This paper presents theoretical and contextual evidence may point out that the social economy as a counter-hegemonic proposal for family agriculture. The reformist character contained in civil society is able to represent a possibility of reducing inequalities, "humanizing globalization" and interfere in the transformation of hegemony. The solidarity economy is one such alternative for the portion of the marginalized population, organized by agricultures, which aim at the "removal" of some hardship as a possible expansion of freedoms.

KeyWord: Business logic, family agriculture, Solidarity Economy

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de apresentar a agricultura familiar como uma proposta diferente da lógica empresarial, para isso utiliza-se de algumas teorias da administração. Como alternativa de acesso ao mercado a esses agricultores se apresenta uma forma de organização contra-hegemonia, as organizações de economia solidária.

A economia solidária é uma forma de organização popular e de cooperação que visa o desenvolvimento e que tem seus princípios na igualdade, na promoção da educação e capacitação de seus cooperados/associados, e no trabalho para o desenvolvimento sustentável das comunidades. Assim, sendo uma organização que emerge da sociedade civil, ela é composta e gerida por atores sociais. Por ser um modelo autogestionários, pressupõe uma gestão descentralizada com a participação de todos. Ela é resultado da luta de

trabalhadores contra a injustiça e exclusão, contra o modelo seletivo de desenvolvimento; por isso, ela surge como um meio alternativo ao sistema hegemônico. A reação de atores sociais em oposição esse paradigma social firmado na riqueza e no bem-estar material revela a radicalidade contra os excessos da modernidade. Tal crítica atinge o modo como se “trabalha e produz, mas também o modo como se descansa e vive; a pobreza e as assimetrias das relações sociais,” (SANTOS, 1997, p. 258) e ainda formas de opressão que atingem grupos sociais transclassistas. Portanto, a reação desses sujeitos funcionou como uma alternativa de se inserirem como atores sociais e agentes de desenvolvimento.

Dessa forma, representa uma tentativa de alcançar liberdade e autonomia, já que busca remover privações. Este artigo está organizado para, mostrar a lógica empresarial diferentemente da agricultura familiar, a economia solidária como uma forma

alternativa de organização e por fim a conclusão e referências utilizadas no trabalho.

2. “CONTRADIÇÕES”: A LÓGICA EMPRESARIAL E A AGRICULTURA FAMILIAR

Observa-se em algumas teorias da ciência da Administração a racionalidade do capital como direcionador hegemônico, das quais se mostrará abaixo. Mesmo durante sua evolução houve mudanças na forma de compreender o homem e sua adaptação as formas de trabalho, no entanto, o caráter racional se manteve mesmo se tratando de uma ciência que lida com organizações formadas por pessoas.

Guerreiro Ramos (1984) na tentativa de compreender o homem contemporâneo na sua relação empresarial, cita as palavras que o inspiraram para construir um texto, desenvolvendo sua linha de pensamento a esse respeito, tais palavras afirmam:

A teoria administrativa não pode mais legitimar a racionalidade funcional da organização, como tem feito amplamente. O problema básico do passado era superar a escassez dos bens materiais e serviços elementares. Nesse período, grande parte do esforço no ambiente de trabalho foi técnica e socialmente necessária e mesmo inevitável, o que não ocorre hoje. O que leva as organizações atuais as crises é o fato de que, por sua estrutura organizacional e forma de operação, admitem que antigas carências continuam a ser básicas, enquanto, na realidade, o homem contemporâneo está consciente de que as carências críticas pertencem a outro grupo, isto é, relacionam-se a necessidades além do nível simples de sobrevivência (...) (John Piffner).

A Administração Científica foi elaborada pelo americano Frederick Taylor no final do século XIX e início do século XX, ela é focada essencialmente na mecanização da produção. Foi ele quem visualizou a organização como um sistema que deve ser estudado sistematicamente. Mostrou como o trabalho deve ser organizado racionalmente, através da Organização Racional do Trabalho (ORT) em que os métodos empíricos devem ser substituídos pelos científicos. E isso se daria na organização dos seguintes fatores: a análise do trabalho e estudo dos tempos e movimentos, o estudo da fadiga humana, divisão do trabalho e especialização do operário, desenho de cargos e tarefas incentivos salariais e prêmios de produção, conceito de “homo economicus”, condições de trabalho, padronização e supervisão funcional.

Para Taylor, o empregado não tinha capacidade de analisar sua função cientificamente, nem para escolher o método ou processo mais eficiente para realização da sua função (geralmente ficava a cargo do empregado decidir sobre o melhor método). Por isso afirmava que “o trabalho de direção deve ser

subdividido de tal maneira que as diversas funções sejam desempenhadas por homens dessa capacidade” (TAYLOR, p.94, 1990). Por isso, Taylor faz uma repartição de responsabilidades: Gerência - responsável pelo planejamento, ou seja, pelo estudo minucioso da função do operário e estabelecimento do método a ser utilizado; a supervisão - a qual fornece assistência ao trabalhador durante a execução; por fim o trabalhador que executa o trabalho já estabelecido. “Quase todos os atos dos trabalhadores devem ser precedidos de atividades preparatórias da direção, que habilitam os operários a fazerem seu trabalho mais rápido e melhor do que em qualquer outro caso” (TAYLOR, 1990, p. 34).

Essa teoria afirma que o objetivo principal da administração é garantir a “máxima prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo o máximo de prosperidade ao empregado” (TAYLOR, 1990, p.30). Ela compreende o trabalhador como homo economicus, portanto, o homem como ser motivado pela recompensa financeira, eliminando outras necessidades que qualquer homem pode ter.

Enquanto Taylor, nos Estados Unidos, desenvolvia a Administração Científica, Henri Fayol (1841-1925), contemporâneo a ele, desenvolvia na Inglaterra a Teoria Clássica da Administração. Ambas as teorias com o objetivo da eficiência, porém, diferenciando-se em seu caráter: a primeira com ênfase na tarefa, ou seja, com uma abordagem de forma ascendente, da base para a cúpula e das partes para o todo; já a segunda se caracterizava pela ênfase na estrutura, com abordagem descendente, ou seja, da direção para os executores e do todo para as suas partes componentes. A Administração Científica entendia que na racionalização do trabalho do operário e o somatório da eficiência individual de cada trabalhador era alcançada a máxima eficiência, já a Teoria Clássica partia da idéia do todo organizacional, garantido a eficiência de todas as partes envolvidas.

Autores modernos classificam a teoria de Fayol, Teoria Clássica, como a teoria da máquina, considerando que tanto Taylor como Fayol dividem mecanicamente o trabalho, avaliando que na organização ocorrerão determinadas ações ou causas decorrentes “certamente” de determinados efeitos ou conseqüências. Fayol (1989, p. 56) faz uma consideração a respeito da centralização da administração afirmando ele: “em todo organismo animal ou social, as sensações convergem para o cérebro ou direção e do cérebro ou direção partem as ordens que movimentam todas as partes do organismo”. Essa afirmação pode ser uma indicação clara do caráter racionalista da sua teoria. Racionalista, pois, as duas teorias tratadas são pautadas na organização humana baseada na racionalidade, isto é, na adequação dos meios aos objetivos pretendidos para garantir a máxima eficiência e lucratividade.

A Teoria das Relações Humanas (TRH), criada por

Elton Mayo, um sociólogo australiano, no início do século passado, surgiu para contestar os conceitos clássicos da administração, como a autoridade, hierarquia, racionalização do trabalho, a departamentalização, entre outros. Tal teoria contestou estes conceitos abrindo espaço para novos princípios e preocupações, tais como, liderança, motivação, comunicação, organização informal, dinâmica de grupo, etc.

A TRH contesta concepção de homem da Teoria Clássica, homo economicus, trazendo o conceito de Homem Social. O Homem Social é compreendido como um conjunto de emoções, desejos, temores, sentimentos, fatores estes que influenciam no desempenho de seu trabalho. Portanto, dá espaço para um entendimento da subjetividade do homem.

O conceito de relações na organização estabelecido nesta teoria é inovador, considerando os conceitos clássicos até então utilizados nas empresas. A organização formal passou por mudanças importantes, a comunicação passou a ser uma forma de proporcionar informações e também participação dos empregados, e a liderança como um conceito de autoridade flexível, a qual conquista sua posição através da sua influência. Este último é entendido como um fenômeno social, o qual ocorre em grupos sociais, e o seu desempenho deve ajudar este grupo a atingir um determinado objetivo, ou seja, deve satisfazer as necessidades destas pessoas (CHIAVENATO, 1997).

Esta teoria foi aceita por cerca de mais de uma década, porém, ao final da década de 50 recebeu críticas acirradas, a ponto de seus conceitos serem revistos. Nota-se que foi um grande avanço para a classe trabalhadora, porém, não se deixa de destacar que esta teoria proporcionou tais avanços, pois se verificou, através da experiência de Hawthorne, que o bem-estar do trabalhador, o suprimento de suas necessidades básicas são importantes para o seu desempenho, e conseqüentemente acarretará na melhoria da produção e por fim na maior lucratividade. Por isso, mesmo as questões humanas serem consideradas nessa teoria, nota-se que as necessidades do homem passaram a ser consideradas devido ao fator lucratividade que é refletido neste comportamento humano.

Para a teoria clássica o comportamento não se constituía um problema. Os comportamentos negativos não eram entendidos como resultado da irracionalidade do indivíduo, mas da estrutura do trabalho mal organizada. A teoria do homo economicus é uma ilustração a esse fato, uma vez que entendia o comportamento humano como perfeitamente previsível, considerando que os indivíduos são racionais e sempre buscarão a maximização dos lucros. Não foi essa a realidade apresentada na experiência de Hawthorne, que refutou essa premissa simplista a respeito do ser humano. Os resultados dessa experiência não

poderiam ser explicados pela ótica clássica. A partir dessa superação dos moldes clássicos é que começou-se a compreender o comportamento humano dentro das organizações (FRIDEBERG, 1995).

Embora fosse um avanço a teoria elaborada por Mayo, o paradigma da racionalidade como norteadora ainda permanece. O comportamento humano passou a ser estudado pois, entendeu-se que o homem não é somente um ser racional, mas que abarca consigo aspectos subjetivos. Assim esse pode ser um aspecto que interfere no seu trabalho e, por conseguinte na lucratividade da organização.

É nesse sentido que cita-se Chayanov (1974) quando demonstra a peculiaridade do campesinato, como uma forma não capitalista, sob uma outra racionalidade. Ele explica que as unidades familiares não são constituídas pelos fatores de natureza macrossocial, em termos da economia capitalista – renda da terra, capital, preço, trabalho assalariado, maximização do lucro.

O autor questiona o fato de que as formas vistas como insignificantes ou em extinção, continuavam ocupando vastas áreas como no caso das unidades econômicas familiares. Ele faz referência a costumeira forma de pensar nos fenômenos econômicos com sendo todos de uma economia capitalista.

Todos os princípios de nossa teoria – renda, capital, preço e outras categorias – formam-se dentro do marco de uma economia baseada no trabalho assalariado, que busca maximizar lucros (...). Todos os demais tipos (não capitalistas) de vida econômica são vistos como insignificantes, ou em extinção; no mínimo considera-se que não têm influência sobre as questões básicas da economia moderna e não apresentam, portanto, interesse teórico (CHAYANOV, 1981, p. 133).

Para ele uma unidade econômica familiar representa: “uma família que não contrata força de trabalho exterior, que tem uma certa extensão de terra disponível, seus próprios meios de produção e que as vezes se vê obrigada a implantar parte da sua força de trabalho em ofícios rurais não agrícolas” (1974, p. 44). Desta forma, compreende-se que a lógica da empresa capitalista não se aplica para a unidade de produção familiar agrícola. A fonte de trabalho que aciona o capital envolvido no processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção, portanto não há extração e apropriação de trabalho alheio, de mais valia.

Nota-se a atualidade das considerações de Chayanov e nesse sentido Gaiger (2008) também se refere a capacidade de adaptar-se as modos de produção atípicos camponês. Diz que o diferencial dessas unidades, evidente em toda a história, estão nas relações de produção que são familiares e na posse parcelar da terra. É a família que define a racionalidade do campesinato, portanto, rege sua

interação com o meio, toda a dinâmica de trabalho é regida pela família.

Assim, a agricultura familiar entendida como uma “unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família” (LAMARCHE, 1993, P. 15) representa uma forma singular de racionalidade que é demonstrada por algumas de suas especificidades (CHAYANOV, 1981):

1ª) Fundo familiar comum: representa seu rendimento anual líquido indivisível e indiferenciado, resultado da sua produção agrícola e não agrícola. A racionalidade para a forma de gerir esse recurso é diferenciada. A divisão entre investimento, consumo e poupança toma por base a reprodução da família e seu bem-estar, então investe para garantir o consumo, se há excedente faz poupança para os momentos de crise e assim por diante.

2ª) Cálculo subjetivo: este é o cálculo que o agricultor faz da quantidade de trabalho que a família tem que realizar para satisfazer suas necessidades.

3) Teoria do equilíbrio entre trabalho e consumo: o agricultor dimensiona o grau de penosidade seu e de sua família com o objetivo de buscar a melhoria da qualidade de vida dos membros da família, o que se diferencia da lógica capitalista do lucro crescente.

Desta forma, as diferenças se evidenciam na ociosidade de mão de obra freqüente entre as safras, o que seria inadmissível numa empresa capitalista e na diminuição da penosidade no trabalho quando o agricultor tem maior ganho. Este também é um fator que questiona a racionalidade de uma empresa capitalista (CORONA, 1999).

Ainda, afirma Chayanov que a unidade econômica familiar é a base de uma sociedade socialista e não capitalista. Por isso evidencia a importância do cooperativismo na organização da produção parcelar das unidades camponesas (CHAYANOV, 1974).

Desta forma, compreende-se que a atividade de uma unidade econômica familiar pode representar outra racionalidade não capitalista. Assim, também representa outra forma de gestão. Deste modo, iniciativas de organização de agricultores familiares podem representar uma alternativa a uma nova forma de racionalidade que não pautada na maximização do lucro. Como é o caso de cooperativas, por exemplo.

Cita-se experiências de economia solidária, que na sua essência é uma reação de atores contra o sistema hegemônico de mercado, firmado no paradigma da racionalidade capitalista, assim, captam recursos sem fins lucrativos. Além disso, propõem uma forma de gestão diferenciada, a autogestão, a qual todos devem participar ativamente das decisões, já que além de clientes são os donos da organização. Por isso, representa outra forma de racionalidade que não pela propriedade privada do capital, mas pela distribuição justa, e não pela gestão centralizada, mas pela democratização e participação de todos. Nessa perspectiva Gaiger (2007, p. 07) afirma:

Pesquisas empíricas vêm apontando que a cooperação na gestão e no trabalho, no lugar de contrapor-se aos imperativos de eficiência, atua como vetor de racionalização do processo produtivo, com efeitos tangíveis e vantagens reais, comparativamente ao trabalho individual e à cooperação, entre os assalariados, induzida pela empresa capitalista (GAIGER, 2007, p. 7).

Dessa forma, o cooperativismo pode ser uma forma contra-hegemônica de se ter autonomia, acesso ao mercado e emancipação social, especificamente, nesse caso, para os agricultores familiares. Assim, se o neoliberalismo é seletivo, uma vez que seu interesse se baseia naquilo que pode se tornar mercadoria, a economia solidária é uma forma de luta contra-hegemônica, alternativa, inclusiva e possível, ao que parece.

3. ALTERNATIVA SOLIDÁRIA

Amartya Sen (2000), um economista indiano, em seu livro busca demonstrar o desenvolvimento como um processo da expansão das liberdades reais. Esses dois aspectos, desenvolvimento e liberdade, foram um dos aspectos mais sonhados e perseguidos por nações e indivíduos. Vê-se tais palavras em discursos políticos, estudos de pesquisadores, mas muitas vezes elas foram a causa de guerras e mortes nos mais diversos lugares.

O autor elucida que o desenvolvimento pode representar a expansão e garantia de liberdade para todos. Conforme ele é com o desenvolvimento que se removem “as principais fontes de privações de liberdade: pobreza e tirania, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p. 18). Para Sen (2000) garantir a autonomia e a liberdade dos indivíduos é essencialmente resultado da capacidade destes buscarem seus próprios recursos no mercado. No entanto, considera o autor que, uma das piores privações é a restrição desses indivíduos ao livre mercado. Conforme ele:

Restrições arbitrárias aos mecanismos de mercado podem levar a uma redução de liberdade devido aos efeitos conseqüências da ausência de mercados. Negar às pessoas as oportunidades econômicas e as conseqüências favoráveis que os mercados oferecem e sustentam pode resultar em privações (SEN, 2000, p. 41).

A mais perversa das privações existente nos países ocidentais é limitar os indivíduos a acessar livremente, no mercado, produtos que satisfaçam suas necessidades. Não obstante, deve-se considerar que esta privação está intimamente ligada a ineficiência do mercado em proporcionar trabalho digno a todos. Sen (2000) defende o direito de se ter liberdade de trabalho, e esta se refere a poder escolher onde, como, quando e para quem se

trabalha.

O autor também menciona a democracia como o principal instrumento para evitar fomes e desastres coletivos. A participação ativa de indivíduos pode beneficiar a todos e, além disso, evitar decisões de gestões ditatoriais que preocupa-se mais em atingir metas orçamentária às necessidades das populações.

Nesse sentido ele também destaca a importância das decisões individuais e autonomia dos indivíduos. Segundo ele temos que usar nossa autonomia individual em busca de melhores condições de vida para todos. “Entre as liberdades relevantes inclui-se a liberdade de agir como cidadão que tem sua importância reconhecida e cujas opiniões são levadas em conta, em vez de viver como vassalo bem alimentado, bem vestido e bem entretido” (Sen, 2000, p. 326).

É nesse sentido indivíduos e grupos se mobilizam pela autonomia. Desde a luta dos camponeses contra as fábricas da Inglaterra no século XVIII, até as lutas contemporâneas de indígenas contra a exploração de seus territórios, o sistema vigente de mercado tem sido confrontado. Esses confrontos são direcionados pela tradição do pensamento crítico, que buscam formas de sociedade mais justas como alternativas as sociedades capitalistas (SANTOS, 2002).

Elucida-se a palavra alternativa como práticas e teorias que desafiam o capitalismo. Assim, Santos (2002) faz referencia a visão crítica que direciona as discussões dessa temática. E aqui se pretende fazer uma ressalva a respeito do que Gaiger (2008) afirma do cuidado que se deve ter ao relacionar as teses e categorias políticas das teorias marxistas à economia solidária de forma ideológica e programática. Portanto, sob a visão crítica, busca-se alternativas a três características do capitalismo: primeiro a desigualdade de recursos e poder produzida por esse sistema; segundo, formas de sociabilidade empobrecidas, resultado da relação de concorrência exigida pelo capitalismo; terceiro, a exploração da natureza de forma insustentável.

Dessa forma, as organizações de economia solidária podem ser uma forma de alternativa ao sistema, o mesmo Santos (2002) comenta:

cooperativas não apontam somente para a remuneração igualitária dos trabalhadores-donos das empresas cooperativas, mas também para a criação de formas de sociabilidades solidárias baseadas no trabalho colaborativo e na participação democrática nas tomadas de decisões sobre as empresas. Ainda no mesmo contexto, propostas como a criação de uma renda mínima universal, acompanhada da diminuição do horário de trabalho, não procuram apenas estabelecerem um nível de bem-estar material básico, mas também liberar tempo para sociabilidades e habilidades diferentes da exigidas pelo mercado (SANTOS, 2002, p.29).

Pode-se dizer que o paradigma da busca pelo lucro e da adaptabilidade do homem ao trabalho é questionado por esse modelo de organização, já que propõe uma gestão descentralizada e com divisão justa do lucro; e permite que o cooperado administre seu tempo conforme suas necessidades.

Não se pode afirmar que a economia solidária é uma forma legítima de garantir o desenvolvimento e a liberdade na perspectiva seniana, seria uma afirmação bastante pretensiosa. No entanto, pode ser uma alternativa de remover privações, tais como a pobreza, restrição ao livre mercado, ao mercado de trabalho e a participação no ambiente de trabalho, entre outras. E ainda, conforme Almeida (2004) nos processos autogestionários, além da auto-sustentação na produção, há benefícios não materiais, tais como a autonomia, liberdade e autodeterminação. E nesse sentido que cita Demo (2004, p. 174) quando afirma que esses benefícios não materiais não são acessórios descartáveis. Ao contrário, “estão no cerne do sentido da vida”.

A economia solidária pode representar mais do que uma resposta à incapacidade do capitalismo incluir todos no seu processo de desenvolvimento. Ela pode ser uma alternativa superior ao capitalismo, não necessariamente em termos econômicos, mas, na medida em que pode melhorar a vida das pessoas (SINGER, 2002).

o traço característico do owenismo era sua instância no enfoque social: negava-se a aceitar a divisão da sociedade em uma esfera econômica e política e por uma razão rechaçava a ação política (...). New Lanark (local onde Owen tinha sua indústria – grifo meu) havia lhe ensinado que na vida de um trabalhador os salários são somente um de muitos fatores tais como o ambiente natural e doméstico, a qualidade e o preço dos bens, a estabilidade do emprego e a segurança de sua posição. (...) Mas o ajuste incluía muito mais do que isso. A educação de meninos adultos, a provisão do entretenimento, dança e música e o pressuposto geral de elevadas normas morais e pessoais para velhos e jovens criavam a atmosfera em que a nova posição era alcançada pela população industrial em conjunto (POLANYI, 1980, p. 174).

Cita-se ainda Singer (2004) quando define algumas características do desenvolvimento capitalista que, segundo ele, são confrontados pelo modelo de desenvolvimento solidário. Portanto: a propriedade privada do capital, excluindo grande parte do povo trabalhador, dividindo a sociedade em classes antagônicas; As decisões no capitalismo são tomadas sempre visando a maximização do lucro, portanto, sem análise prévia sobre os impactos aos trabalhadores, empresas ou consumidores; o que impulsiona o desenvolvimento capitalista é a concorrência; define ainda o autor a característica essencial do capitalismo: ele não é para todos, é um modelo social e geograficamente seletivo.

O desenvolvimento solidário é, conforme o autor, impulsionado por comunidades de pequenas firmas, cooperativas de trabalhadores ou associações sem fins lucrativos que são conduzidas por valores de cooperação e ajuda mútua, mesmo que competindo entre si no mercado. Ainda conforme ele, o desenvolvimento solidário e o capitalista apóiam-se nos mesmos avanços do conhecimento e sua aplicação aos empreendimentos humanos. Porém, diferenciam-se em seus propósitos, sendo que o primeiro sustenta-se em um desenvolvimento justo e igualitário; já o segundo, embora não há como negar que trouxe melhoras aos capitalistas e a uma parcela dos trabalhadores, apóia-se na propriedade privada do capital, excluindo grande parte do povo trabalhador. E é neste sentido que surge o desenvolvimento em uma perspectiva solidária. Ele é uma reação contra a injustiça e exclusão, contra o modelo seletivo de desenvolvimento.

Evidencia-se aqui que o caráter alternativo dos empreendimentos autogestionários ainda não pode representar uma superação do modelo hegemônico. Contudo, Gaiger (2008) afirma que os empreendimentos solidários não são apenas atípicos quando comparados ao modo de produção capitalista, mas são também contrários: no modo de produção capitalista o “capital emprega o trabalho”, na forma solidária “os trabalhadores empregam o capital”. E ainda afirma que o trabalho exerce um papel central nesse modelo determinando uma racionalidade em que a “proteção daqueles que detém a capacidade de trabalho torna-se vital.” (Idem, 2008, p. 192).

À medida que essas características acentuam-se, provocam uma reversão do processo ocorrido nos primórdios do capitalismo, quando o trabalhador foi separado dos objetos por ele produzidos e converteu-se em propriedade de outrem, em mercadoria adquirida e destinada ao uso do capital. A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se insuficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias (GAIGER, 2008, p.193).

A possibilidade de transição de um modo de produção a outro não se resume em iniciativas isoladas ou mudanças momentâneas. Mas, requer deficiências críticas na estrutura no sistema existente e a insuficiência para tornar solúveis tais desafios. Aliado a isso um nova proposta coerente e possível para uma nova lógica.

Para ilustrar esse entendimento pensemos na transição do período feudal para o capitalismo.

Pereira e Gioia (1996, p.163) afirmam que “foi um período em que o conjunto de fatores preparou a degradação do sistema feudal e forneceu as condições para o surgimento do sistema capitalista.” Assim, esse período de transição, novas idéias surgiram para agregar e posteriormente substituir as idéias velhas.

Os feudos tinham uma economia auto-suficiente. Por isso, a propriedade agrária era de suma importância para o feudalismo, dessa forma, as cidades não tinham grande importância. Na Idade Média com a produção de excedentes agrícolas e artesanais, que por sua vez podiam ser trocados, já com as práticas das Cruzadas que contribuíam para se efetuar tais trocas, o comércio teve um crescimento, cooperando para o crescimento das cidades. Então, as cidades passaram a oferecer trabalho para um contingente maior de pessoas, atraindo novos servos camponeses para “melhores” oportunidades de trabalho. Por conseguinte, a burguesia foi sendo fortalecida contribuindo para a idéia de nação, não mais o estado como um sistema fechado das leis e da literatura (PEREIRA e GIOIA, 1996).

Gaiger (2008) assevera que essa passagem representou o enfraquecimento do feudalismo e o aparecimento de condições históricas que abriram caminho para a lógica do capital. Conforme o autor a história pode nos mostrar alguns aspectos para mudanças: a forma capitalista de produção mostrou-se superior a ineficiência, na época, do feudalismo. Desta forma, para uma transição pós-capitalista não é o bastante a identificação das insuficiências do capitalismo, as necessidades sociais que ele não supre, ou mesmo sua irracionalidade. É preciso as evidências para uma nova lógica de desenvolvimento, não necessariamente impulsionada pelo capitalismo, mas sob ele, que “seria melhor correspondida por relações sociais de um novo tipo; no caso, as baseadas no labor associado dos trabalhadores” (Idem, p. 198, 2008). E uma segunda lição corresponde a insuficiência das contradições para uma nova lógica. “Contradições não faltam ao capitalismo, mas isso tampouco significa que esteja em colapso, ou que haja fatores que impeçam sua entrada em uma crise agônica, reiterativa” (KURZ, 1992 apud GAIGER, 2008, p. 198).

Da percepção dessa simbiose entre interesses próprios e alheios, nasce o interesse comum, base da ação de classe, entre indivíduos similarmente situados no processo de produção da vida material. Quando uma nova forma de vida econômica corporifica-se, projeta consigo novos grupos, compelindo-os, segundo as circunstâncias, a lutarem por sua afirmação. Na transição para o capitalismo, os alvos da burguesia nascente foram as corporações de ofício e tudo mais que entravava a livre iniciativa. A lógica objetiva das transformações históricas (...) definirá o seu curso à medida que os atores em cena incidam sobre as

condições que encontram, e na proporção em que essas sustentem, por sua vez, aqueles protagonismos (GAIGER, 2008, p.208).

Assim, entende-se que as alternativas que emergem com a luta de pessoas por acesso a uma vida digna, podem ser consideradas pequenas iniciativas para um novo modelo, ainda não hegemônico, mas atípico ou contra-hegemônico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo buscou mostrar a peculiaridade da agricultura familiar frente ao modelo vigente. Como uma forma diferenciada da lógica empresarial, apresentou as organizações de economia solidária como uma alternativa àqueles que foram excluídos pelo sistema hegemônico e podem ter acesso ao que antes eram privações, como uma forma de garantir a liberdade na perspectiva seniana.

Chayanov, conforme já citado, indicou a semente para uma sociedade mais justa e igualitária: os camponeses. Pois, neles está a lógica não capitalista. O socialismo entendido como uma “democracia sem fim”, é, de certa forma, visto em algumas frentes, dentre elas, as cooperativas solidárias, neste caso, compostas por agricultores familiares, como iniciativas que reemergem, pois o capitalismo não cumpriu a sua promessa de prosperidade através da modernização, de avanço mesmo com turbulências.

Por fim, tentou-se evidenciar a importância dessas iniciativas, pois, subvertem as regras do capital, por isso, podem ser consideradas, conforme citado acima, um modelo superior ao hegemônico, já que diminui a desigualdade e melhora as condições de vida de todos os envolvidos. Não um modelo que pode superar o vigente, mas, incluir grande parte dos excluídos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elmir de, VILLAR, Maria Helena Villar e, NAKANO, Marilena. A Participação Efetiva e a Conquista da Autonomia. In: GAIGER, Luiz Inácio Germany (org.). Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CHAYANOV, A. V. La organizacion de la unidad econômica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J.G: STOLCKE, V. A Questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHIAVENATO, I. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Makron, 1997, 5 ed.

CORONA, Hieda Maria P. A Resistência Inovadora: a pluriatividade no Sudoeste do Paraná. Curitiba, 1999. 184 folhas. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Paraná.

FAYOL, Henri. Administração Industrial e Geral: previsão, organização, comando, coordenação e controle. 10 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

FRIEDBERG, Erhard. Organizações. In: Raymond Boudon (organizador). Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Disponível em <<http://www.ecosol.com.br/publicacoes>>. Acesso em maio de 2010.

_____. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. Revista Crítica de Ciências Sociais, vol. 79, pp. 57-77, 2007.

LAMARCHE, Hugues (Coord). A Agricultura Familiar. Volume I. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1993.

PEREIRA, M. E. M.; GIOIA, S. C. Do feudalismo ao capitalismo: uma longa transição. In: ANDERY, M. A. Para compreender a Ciência: uma perspectiva histórica. 12. ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2003.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação - as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1980.

SANTOS, Boaventura de Souza [org.] Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. (org.) Linha de Horizonte. In: SANTOS, Boaventura de Souza. A Globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. O Socialismo do Século XXI. Disponível em <http://www.chamadacontrapobreza.org.br/noticias/noticias-gerais/2007/maio-2007/o-socialismo-do-seculo-xxi/> Acesso em 15/11/2010

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. Introdução a Economia Solidária. 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário. Scielo. v. 18 n.51. São Paulo: May/Aug., 2004.

TAYLOR, Frederick Winslow. Princípios da Administração Científica. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1990.